



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 94, DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o processo Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº213, de 2017, que Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Jorge Viana

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

RELATOR ADHOC: Senador Jorge Viana

23 de Novembro de 2017





PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 213, de 2017 (Projeto de Decreto Legislativo da Câmara nº 552/2016, na Casa de origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013.*

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2017, veicula o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013, o qual foi remetido para o exame do Congresso Nacional, por meio da Mensagem Presidencial nº 596, de 29 de dezembro de 2015.

A Exposição de Motivos Interministerial nº 390, de 10 de agosto de 2015, dos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Ciência, Tecnologia e Inovação, acompanha a citada mensagem. É destacado que o objetivo do Acordo é *encorajar e apoiar a cooperação em ciência, tecnologia e inovação, assim como promover a capacitação tecnológica e científica dos dois países. Trata-se de instrumento-marco que contribuirá para estimular as relações Brasil-Etiópia, formando e fortalecendo os laços entre as comunidades científicas dos dois países por meio do estabelecimento de condições favoráveis para o desenvolvimento da cooperação em ciência e tecnologia, em bases mutuamente benéficas e equitativas. Ademais, os dois países reconhecem a importância da ciência e*





da tecnologia para o desenvolvimento sustentável de suas economias nacionais.

O Acordo prevê diversas formas de cooperação (artigo 2), cujo financiamento dependerá da disponibilidade de fundos de uma ou das duas Partes e que deverão estar sujeitas às leis e regulamentos nacionais (artigo 4). Há, ainda, normas sobre proteção da propriedade intelectual e desenvolvimento de atividades com uso de biodiversidade (artigos 5 e 6).

O artigo 7 prevê o Ministério da Ciência e Tecnologia como autoridade competente responsável pela aplicação de seus termos, pelo lado da Etiópia. Do lado brasileiro, estabeleceu-se como autoridade competente o então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados foi apresentado nesta Casa no dia 13 de novembro de 2017, tendo sido despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual me coube a relatoria da matéria.

No prazo regimental, não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

O exame dessa matéria insere-se no âmbito de competência deste colegiado, com amparo no art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não se verificam vícios atinentes à constitucionalidade da proposição, a qual observa, inclusive, o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal. Tampouco há vícios relativos a sua juridicidade. Aliás, cumpre registrar que o Acordo submete a implementação de seus termos à observância das normas internas das Partes respectivas.

No que se refere ao mérito, é indiscutível que o estabelecimento de parcerias com as mais diversas nações para a cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e inovação constitui forma privilegiada de obtenção de conhecimento. São as pesquisas científicas que, como regra, impulsionam o aparecimento de novas tecnologias que, por sua vez, são capazes de impulsionar uma série de avanços nos campos econômico, político e social.



SF/17108.48774-40



Num cenário internacional de crescente e progressiva globalização, o intercâmbio de experiências com outros povos, em setores como esses, certamente se reveste da mais alta importância para a promoção do desenvolvimento. Registre-se, porém, que o Acordo em exame limita-se a traçar as linhas gerais de cooperação bilateral, de maneira que a efetiva cooperação dependerá de ajustes e arranjos ulteriores.

III – VOTO

Por todo exposto e por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, o voto é pela aprovação do PDS nº 213, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17108.48774-40



Relatório de Registro de Presença
CRE, 23/11/2017 às 09h - 48ª, Extraordinária
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. RENAN CALHEIROS
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP
ROBERTO REQUIÃO	3. HÉLIO JOSÉ
ROMERO JUCÁ	4. MARTA SUPLCY PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
ACIR GURGACZ	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. HUMBERTO COSTA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
PAULO BAUER	2. RONALDO CAIADO
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
LASIER MARTINS PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS
ANA AMÉLIA	2. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE	1. VANESSA GRAZZIOTIN
VAGO	2. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR	1. WELLINGTON FAGUNDES
PEDRO CHAVES PRESENTE	2. ARMANDO MONTEIRO

DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 213/2017)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR JORGE VIANA E APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

23 de Novembro de 2017

Senador JORGE VIANA

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional